

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

1.1 A necessidade de contratação para a construção de uma área de convivência, quadra de areia, parque infantil, quiosques e entrada principal em no Parque de Lazer Antônio Pereira Souza – Antônio Odila no município de Coromandel/MG, pode ser descrita considerando diversos aspectos:

1.1.1 Atendimento às demandas da comunidade: A população busca por espaços de lazer que promovem o convívio social, o entretenimento e o contato com a natureza. A construção dessas instalações atenderá diretamente a essa demanda, proporcionando um ambiente propício para atividades recreativas e momentos de relaxamento em família ou com os amigos.

1.1.2 Promoção da saúde e bem-estar: A disponibilidade de espaços ao ar livre, como uma quadra areia para prática esportiva e uma área de convivência para atividades diversas, contribui para a promoção da saúde física e mental da comunidade. Proporcionar um parque infantil também é essencial para o desenvolvimento saudável das crianças, incentivando a atividade física e o contato com a natureza desde cedo.

1.1.3 Atração de visitantes: A melhoria das instalações de lazer em parque municipal pode aumentar sua atratividade para os visitantes de outras localidades. A presença dos quiosques e uma entrada principal bem estruturada também pode contribuir para tornar o parque um destino reconhecido, beneficiando a economia local.

1.1.4 Valorização do espaço público: Investir na construção e melhoria de espaços públicos, como um parque de lazer, é uma forma de valorizar o patrimônio da cidade e proporcionar à população um ambiente agradável e seguro para desfrutar em seu tempo livre. Isso fortalece o senso de pertencimento à comunidade e a identidade local.

1.1.5 Fomento ao desenvolvimento social e cultural: Além de ser um local para atividades físicas, o parque de lazer pode ser palco de eventos culturais. A presença de uma área de convivência e os quiosques oferecem infraestrutura para realização desses eventos, promovendo enriquecimento social e cultural para os residentes do município.

1.2 Portanto, a contratação para a construção dessas instalações se justifica pela necessidade de atender às demandas da comunidade por espaços de lazer e convívio social, promover a saúde e bem-estar, atrair turistas, valorizar o espaço público e fomentar o desenvolvimento social e cultural da região.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRAÇÃO NO PLANO DE CONTRAÇÕES ANUAL – PCA

- 2.1 A contratação pretendida está contemplada no Plano de Contratações Anual do presente ano sob o registro de nº 1812023 – 008202300012, estando prevista para o dia 13/05/2024.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 3.2 Empresa especializada em engenharia para execução de obra de construção de área de convivência, parque infantil, quadra de areia, quiosques e entrada principal no parque de lazer Antônio Pereira Souza – Antônio Odila no município.
- 3.3 Trata-se de serviço não continuado.
- 3.4 A execução dos serviços deverá ser realidade em conformidade com as normas técnicas e legislação vigente, com as recomendações técnicas e com as especificações e condições descritas neste termo.
- 3.5 A contratada deverá arcar com todos os custos e logística relacionadas ao serviço.
- 3.6 Os serviços deverão ser executados diretamente pela empresa vencedora, com a utilização de todo o material de consumo necessário à execução, sem quaisquer despesas adicionais para a Prefeitura Municipal de Coromandel, não podendo ser cedidos ou subcontratados.
- 3.7 A duração inicial do contrato é de 12 (doze) meses.
- 3.8 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.
- 3.9 A contratante deverá observar os seguintes critérios:
- 3.10 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 3.11 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 3.12 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 3.13 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 3.14 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA;
- 3.15 Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

- 3.15.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
- 3.15.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;
- 3.15.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 3.15.4 considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 3.16 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 3.17 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 3.18 Exigir da CONTRATADA que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
 - 3.18.1 "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
 - 3.18.2 certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 3.19 Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 3.20 A contratada deverá cumprir as seguintes obrigações:
- 3.21 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 3.22 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.
- 3.23 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 3.24 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 3.25 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG;
- 3.26 Responder pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Coromandel/MG; ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Coromandel/MG;

- 3.27 Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do produto;
- 3.28 Efetuar a troca dos produtos considerados sem condições de uso, no prazo constante no Termo de Referência, contado do recebimento da comunicação expedida pelo Setor competente;
- 3.29 Comunicar ao Serviço competente da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 3.30 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e no ato da assinatura de contrato ou outro documento equivalente;
- 3.31 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.
- 3.32 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 3.33 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Municipal da sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 3.34 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- 3.35 A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 3.36 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 3.37 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

- 3.38 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 3.39 Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 3.40 Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 3.41 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 3.42 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 3.43 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 3.44 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 3.45 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 3.46 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 3.47 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade:
 - 3.47.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - 3.47.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 3.48 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

- 3.49 Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;
- 3.50 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 3.51 Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 3.52 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 3.53 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 3.54 Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 3.55 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE;
- 3.56 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 3.57 Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 3.58 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;
- 3.59 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 3.60 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 3.61 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 3.62 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 3.63 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

- 3.64 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 3.65 Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 3.65.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 3.65.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 3.65.3 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- 3.66 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 3.67 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 3.68 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 3.69 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da

construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- 3.69.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;
- 3.69.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 3.69.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 3.69.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 3.69.5 Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 3.70 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 3.71 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 3.72 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 3.73 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

- 3.74 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- 3.75 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
- 3.76 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;
- 3.77 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);
- 3.78 Em relação à execução da obra:
- 3.78.1 Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela CONTRATANTE, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;
- 3.78.2 Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, haverá retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, aceitar que CONTRATANTE efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;
- 3.78.3 Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.
- 3.78.4 Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela CONTRATADA, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas

especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

3.78.5 A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

4.1 Conforme planilhas e projetos anexados, é possível verificar o quantitativo de cada serviço listado:

4.1.1 Serviços Preliminares

4.1.2 Área de Convivência:

- Movimento de Terra
- Estacas Escavadas
- Vigas Baldrame
- Pilares
- Vigas de respaldo
- Alvenaria
- Cobertura
- Revestimentos Internos
- Revestimentos Externos
- Revestimentos de Piso e Azulejo
- Esquadrias
- Instalações Hidrossanitárias
- Instalações Elétricas
- Louças, Metais Sanitários e Acessórios
- Pavimentações
- Mobiliário Urbano
- Iluminação Área de Convivência
- Paisagismo

4.1.3 Quadra de Areia

- Movimento de Terra
- Infraestrutura
- Mobiliário Urbano
- Instalações Elétricas

- 4.1.4 Quiosques
- 4.1.5 Entrada Principal
- 4.1.6 Equipamentos Urbanos
- 4.1.7 Paisagismo
- 4.1.8 Serviços Complementares

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 5.1 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 5.2 Valor Global: R\$ 1.112.198,18 (um milhão cento e doze mil e cento e noventa e oito reais e dezoito centavos)
- 5.3 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 6.1 A descrição da solução com um todo para a construção de uma área de convivência, quadra de areia, parque infantil, quiosque e entrada principal no parque de lazer do município poderá ser organizada da seguinte forma:
 - 6.1.1 Planejamento e Projeto: Inicia-se um estudo detalhado das necessidades da comunidade e dos requisitos do local, levando em consideração aspectos como acessibilidade, segurança e integração com o ambiente circundante. Um projeto arquitetônico é desenvolvido, incluindo a disposição das instalações, escolha de materiais e equipamentos, paisagismo e design das área de convivência e parque infantil.
 - 6.1.2 Contratação de serviços: A empresa contratada deverá adquirir os materiais necessários, priorizando-se opções sustentáveis, duráveis e de qualidade.
 - 6.1.3 Construção e Instalação: As obras de construção se iniciam com a preparação do terreno e a instalação da infraestrutura necessária, como sistema de água e iluminação. Em seguida, são construídas as instalações principais, como a área de convivência, a quadra de areia, os quiosques, o parque infantil e a entrada principal, seguindo todas as especificações do projeto.
 - 6.1.4 Paisagismo e Ambientação: São realizados trabalhos de paisagismo para embelezar o ambiente e integrar as instalações ao entorno natural. Elementos como plantas, bancos, mesas e lixeiras são adicionados para tornar o espaço mais agradável e funcional.
 - 6.1.5 Teste e inspeções: Após a conclusão das obras, serão realizados testes e inspeções para garantir a segurança e funcionalidade de todas as instalações.
 - 6.1.6 Inauguração e Abertura ao Público: O parque de lazer é inaugurado e aberto ao público, celebrando-se a conclusão do projeto e o início de uma nova fase de uso e desfrute pela comunidade.

- 6.1.7 Operação e Manutenção: Estabelecem-se procedimentos para a gestão e manutenção do parque de lazer, incluindo horários de funcionamentos, limpeza regular, inspeções de segurança e conservação das instalações.
- 6.1.8 Monitoramento e Avaliação: São estabelecidos indicadores de desempenho para monitorar a utilização do parque de lazer e a satisfação da comunidade, realizando-se avaliações periódicas para identificar eventuais necessidades de ajustes ou melhorias.
- 6.2 Em resumo, a solução para a construção de uma área de convivência, quadra de areia, parque infantil, quiosques e entrada principal no parque de lazer envolve desde o planejamento e projeto até a inauguração e operação do espaço, visando atender às necessidades da comunidade de forma segura, funcional, sustentável e agradável.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 7.1 O parcelamento da contratação é inviável tendo em vista que será necessária apenas a contratação de uma única empresa especializada em engenharia para a construção do memorial – sendo que, o mesmo terá o tempo de conclusão de 08 (oito) meses.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 8.1 Um demonstrativo dos resultados pretendidos para a construção de área de convivência, quadra de área de convivência, quadra de areia, parque infantil, quiosques e entrada principal no parque de lazer pode ser delineado da seguinte forma:
 - 8.1.1 Aumento do índice de satisfação da comunidade: espera-se que esta construção aumente significativamente o índice de satisfação da comunidade, proporcionando espaços de lazer e convivência que atendam às suas necessidades e expectativas.
 - 8.1.2 Melhoria da qualidade de vida: a disponibilidade de espaços ao ar livre para atividades físicas, recreativas e sociais contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos moradores locais, promovendo o bem-estar físico, mental e emocional.
 - 8.1.3 Promoção da saúde e atividade física: com a presença de uma quadra de areia e um parque infantil, espera-se incentivar a prática de atividades físicas e esportivas, tanto por crianças quanto por adultos, promovendo hábitos de vida saudáveis e reduzindo o sedentarismo.
 - 8.1.4 Integração social e comunitária: as áreas comunitárias, proporcionarão espaços propícios para encontros sociais, fortalecendo os laços entre os moradores e promovendo a integração social.

- 8.1.5 Desenvolvimento infantil e educativo: o parque infantil será um ambiente seguro e estimulante para desenvolvimento físico, cognitivo e social das crianças, incentivando a criatividade, imaginação e interação com outras crianças.
- 8.1.6 Atratividade turística e econômica: a melhoria das instalações de lazer pode aumentar a atratividade turística da região, atraindo visitantes e gerando oportunidades econômicas para comércio local, como a venda de alimentos e bebidas.
- 8.1.7 Valorização do espaço público: a construção dessas instalações deverá valorizar o espaço público do parque de lazer, transformando-o em um ambiente mais acolhedor, seguro e agradável para seus frequentadores.
- 8.1.8 Preservação ambiental e paisagística: a realização do projeto com critério sustentáveis e a integração paisagística das instalações contribuirão para a preservação e valorização do meio ambiente local, promovendo a conscientização ambiental da comunidade.
- 8.2 Além de todas as questões acima, ao iniciar o projeto de construção do espaço no Parque de lazer, há uma oportunidade de estimular a economia local. A criação de empregos temporários e a demanda por serviços de construção, fornecimento de materiais e mão de obra podem impulsionar o mercado local, beneficiando empresas da região.
- 8.3 Além disso, ao adotar tabelas de referência como SINAPI e SETOP para grande parte dos materiais e serviços necessários, o projeto demonstra um esforço em garantir a eficiência na alocação de recursos. A pesquisa específica de preços para o material ACM (Aluminum Composite Material) reflete um cuidado em direcionar os recursos para onde são mais necessários, evitando desperdícios e otimizando os gastos.
- 8.4 Essa pesquisa de preços também pode incentivar a competição entre fornecedores, levando a preços mais competitivos e promovendo a inovação na oferta de produtos e serviços relacionados. Dessa forma, o controle de custos é facilitado, permitindo que o município gerencie de forma eficaz os recursos alocados para o projeto do memorial.
- 8.5 Os resultados pretendidos com a construção de todas essas instalações no parque de lazer incluem o aumento da satisfação da comunidade, melhoria da qualidade de vida, promoção da saúde e atividades físicas, integração social e comunitária, desenvolvimento infantil e educativo, atratividade turística e econômica, valorização do espaço público, preservação ambiental e paisagística e também movimentação da economia local no período da construção. Esses resultados colaboram para a construção de uma comunidade mais saudável, conectada e sustentável.

9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

- 9.1 As providências relacionadas a construção da área de convivência, parque infantil, quadra de areia, quiosques e entrada principal no Parque de Lazer Antônio Odila já foram tomadas por esta

administração. O setor responsável (gestão de obras) planejou todas as medidas cabíveis para realização do processo, como: a idealização do projetos, planilhas, termos e memoriais indispensáveis para a contratação de empresa especializada em engenharia.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1 Não há necessidade de contratações correlatas, vez que já foram realizadas por esta administração.

11. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

11.1 A construção das instalações no Parque de Lazer Antônio Odila pode acarretar diversos impactos ambientais, que devem ser identificados e mitigados adequadamente. Alguns dos possíveis impactos ambientais incluem:

11.1.1 Poluição do ar e sonora: durante o processo de construção, a emissão de poeira, gases e ruídos provenientes de maquinário e equipamentos pode causar poluição do ar e sonora, afetando a qualidade do ar e o bem-estar da vizinhança.

11.1.2 Geração de resíduos sólidos: a construção das instalações pode gerar uma quantidade significativa de resíduos sólidos, como entulho, materiais de construção e embalagens, que precisam ser adequadamente gerenciados para evitar a contaminação do solo e água.

11.1.3 Consumo de recursos naturais: a construção demanda o consumo de recursos naturais, como madeira, água e energia, o que pode contribuir para a sua escassez e degradação, especialmente se não forem adotadas práticas sustentáveis de uso e gestão.

11.2 Para mitigar esses impactos ambientais, é importante adotar medidas preventivas e corretivas, tais como:

11.2.1 A realização de estudos ambientais prévios para identificar área sensíveis e potenciais impactos.

11.2.2 Implementação técnicas de construção sustentável, como uso de materiais reciclados, eficiência energética e captação de água da chuva.

11.2.3 Adotar práticas de gestão de resíduos, como reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados.

11.2.4 Monitoramento e mitigação das emissões atmosféricas e ruídos durante o período de construção.

11.2.5 Promoção a conscientização ambiental entre os trabalhadores e a comunidade local sobre a importância da preservação ambiental.

11.3 Ao considerar e mitigar esses impactos ambientais, a construção das instalações no parque de lazer pode ser realizada de forma mais sustentável, contribuindo para a conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

12.1 Após uma análise minuciosa de todos os aspectos envolvidos na construção de área de convivência, parque infantil, quadra de areia, quiosques e entrada principal no parque de lazer Antônio Odila, é atestado a viabilidade e a pertinência deste projeto, pelos seguintes pontos:

12.1.1 Existe uma demanda clara e expressa por parte da comunidade local para a criação de espaços de lazer e convivência que atendam às necessidades de recreação, socialização e atividades ao ar livre.

12.1.2 O projeto foi concebido levando em consideração aspectos técnicos e elaborado pela equipe de engenharia da Secretária de obra municipal atual – equipe qualificada para a demanda.

12.1.3 O projeto está em conformidade com todas as regulamentações e normas aplicáveis, incluindo a legislação ambiental, urbanística e de acessibilidade, garantindo a legalidade e licitude das obras a serem realizadas.

12.1.4 A construção trará benefícios significativos para a comunidade local, incluindo promoção da saúde e bem-estar, integração social, estímulo à prática esportiva, valorização do espaço público e preservação ambiental.

12.1.5 Além dos demais benefícios citados, a construção das instalações tem o potencial de impulsionar a economia local gerando empregos diretos e indiretos, estimulando o comércio e o turismo na região.

12.2 Com base em todas essas considerações, declaramos que a construção é viável e representa uma oportunidade de investimentos que trata benefícios significativos para a comunidade e para o desenvolvimento sustentável da região.

13. DATA E ASSINATURAS

Coromandel, 05 de maio.

Natália Felix de Lima
Engenheira Civil – CREA MG 248.064/D

Nerso Hissao Chihara
Vice- Prefeito - Gestor de obras, serviços públicos e planejamento urbano em exercício